



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150567 - DF (2021/0225355-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE** : HENRIQUE DE ARAUJO PEREIRA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : KARLA LIMA DE MORAIS - DF054185  
FABIO ALVES LEANDRO - DF054634  
JÉSSICA DE SOUSA DEUS - DF045843  
CIBELE MARTINS DE SOUSA CARDOSO - DF063282  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS  
**CORRÉU** : VICTOR MAYCK BASTOS VIEIRA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por HENRIQUE DE ARAUJO PEREIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (HC n. 0719426-53.2021.8.07.0000).

O recorrente encontra-se cautelarmente segregado, em decorrência de prisão em flagrante convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime previsto no art.157, § 2º, II; 14, II, do Código Penal.

O recorrente sustenta que inexistem os requisitos do art. 312 do CPP. Aduz que não há fundamentação idônea para a manutenção do decreto prisional preventivo.

Requer, liminarmente, e no mérito, o provimento do recurso, e a consequente revogação da prisão cautelar para que o paciente possa responder ao processo em liberdade e, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da restrição de liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente